



As disputas e as redes políticas na exploração hidrocarbonetos no Amazonas: estudo de caso do Complexo Azulão / Anebá

Disputes and political networks in hydrocarbon exploration in Amazonas: case study of the Azulão/Anebá Complex

1. Thiago Oliveira Neto  <https://orcid.org/0000-0003-2877-3606>

1. Universidade Federal do Amazonas  Manaus, Amazonas, Brasil

Autor de correspondência: thiagoton91@live.com

RESUMO

A exploração de hidrocarbonetos na Amazônia tem gerado debates institucionais e mobilizações sociais, especialmente no estado do Amazonas, onde a produção recente de gás natural envolve disputas territoriais. Este artigo analisa, sob a perspectiva da geopolítica crítica, as redes de atores e suas contradições no contexto da exploração de gás e petróleo entre os municípios de Silves e Itapiranga. A pesquisa, de natureza qualitativa, combinou levantamento bibliográfico, análise documental e trabalhos de campo realizados entre 2022 e 2025. Os resultados indicam transformações territoriais associadas à instalação de complexos industriais e à formação de duas redes opostas: uma frente de resistência local/global, articulando povos indígenas, associações comunitárias e ONGs internacionais; e outra formada por atores políticos e empresariais favoráveis à expansão da exploração. A análise revela como essas redes produzem narrativas, influenciam decisões e disputam o controle territorial, evidenciando a centralidade das relações de poder no ordenamento da Amazônia.

Palavras-chave: hidrocarboneto; Azulão; Eneva; Silves.

ABSTRACT

Hydrocarbon exploration in the Amazon has generated institutional debates and social mobilizations, particularly in the state of Amazonas, where recent natural gas production involves territorial disputes. This article analyzes, from a critical geopolitics perspective, the networks of actors and their internal contradictions in the context of gas and oil exploration between the municipalities of Silves and Itapiranga. The qualitative research combined bibliographic review, documentary analysis, and fieldwork conducted between 2022 and 2025. Results indicate territorial transformations linked to the installation of industrial complexes and the emergence of two opposing networks: a local/global resistance front, bringing together Indigenous peoples, community associations, and international NGOs; and another formed by political and business actors favoring expansion. The analysis shows how these networks produce narratives, influence decision-making, and dispute territorial control, highlighting the centrality of power relations in Amazonian land governance.

Keywords: hydrocarbon; azulão; Eneva; Silves.

Introdução

A expansão da exploração dos recursos naturais na Amazônia continua em andamento e centraliza-se, cada vez mais, na pesquisa, mapeamento e extração de hidrocarbonetos, com ações voltadas principalmente à produção de gás natural (GN) para uso na geração de eletricidade, tanto para o abastecimento local quanto para o sistema nacional. Esse movimento de expansão das pesquisas e da exploração teve início no século XX, mas foi somente a partir de 2017 que a conformação territorial de um novo empreendimento de exploração de GN na bacia do Amazonas ganhou impulso, acentuando tensões, críticas e a formação de redes de atores no período atual.

Diante da existência de movimentos de expansão de empreendimentos de exploração de hidrocarbonetos na bacia do Amazonas, onde se localiza o Complexo do Azulão operado pela empresa Eneva, verificou-se o surgimento de tensionamentos e conflitos territoriais entre os atores vinculados aos empreendimentos e os moradores locais, com a formação de uma rede de resistência social com articulações locais e globais, envolvendo associações, povos indígenas e Organizações Não Governamentais (ONGs), além de manifestações e reproduções de discursos hegemônicos em jornais e portais locais de notícias.

Nesse contexto, o presente texto tem como objetivo analisar as diferentes configurações das redes de atores e suas contradições a partir da geopolítica crítica, destacando as relações de poder entre redes de atores, instituições estatais e não estatais, empresa privada e atividade produtiva. Como exercício analítico inicial e preliminar, buscou-se identificar a existência de contradições referentes aos grandes projetos e à formação do que se denomina rede de resistência local/global, que conta com a participação de atores exógenos ao lugar — como é o caso da ONG setorizada 350.org — e que compõem uma frente de resistência à expansão dos projetos de exploração de hidrocarbonetos por parte da Eneva, uma empresa também exógena ao recorte territorial regional tensionado, com projetos de exploração, tratamento e geração de eletricidade, além da exploração prevista de óleo leve no campo do Anebá (AMBIPAR, 2023a).

Diante da existência de conflitos e tensionamentos nas frações territoriais que compreendem os empreendimentos da empresa Eneva nos municípios de Silves e de Itapiranga, no estado do Amazonas, busca-se analisá-los a partir da perspectiva da geopolítica crítica, entendendo que diferentes atores participam da construção e dos tensionamentos no território, e não apenas o Estado.

A realização desta pesquisa esteve centrada em três momentos: levantamento de textos acadêmicos sobre grandes projetos na Amazônia, exploração de hidrocarbonetos e conflitos territoriais; segundo, o levantamento de dados, informações, documentos e textos referentes à formação de uma rede de resistência de articulação local/global, com levantamento realizado somente na internet, utilizando palavras-chave como Azulão 950, Eneva Amazonas, Silves conflito, Eneva conflito, Muras e Eneva, ONG e Eneva, Eneva e MPF; e, por fim, trabalhos de campo realizados ao longo das rodovias de acesso aos municípios de Silves e Itapiranga (AM-363 e AM-330), nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, com a realização de observações diretas e registros fotográficos das mudanças espaciais ao longo do período mencionado.

Grande Projeto contemporâneo e a formação de um complexo industrial no interior da RMM

Anterior aos grandes projetos de ocupação e de expansão das dinâmicas capitalistas contemporâneas na Amazônia, houve, preteritamente, movimentos de ocupação e de apropriação de terras que era até então ocupadas por povos originários no que se denominou de “Amazônia”. Na área que compreende a bacia do rio Urubu e seus principais afluentes, como os rios Sanabani, Caru, Anebá e Itanabani, eram ocupados pelos povos indígenas Caboquenas, Bararurus e Guanavenas, que sofreram o “massacre de 1665 realizado por Pedro da Costa Favela” (Simões, 1983, p. 31), pelas tropas portuguesas, como retaliação à resistência indígena contra a escravidão e a catequização forçada, culminando com a morte do português Antônio Arnau Vilela, integrante de uma das tropas de resgate (Oliveira, 1988; Harris, 2015).

Simões e Machado (1987, p. 49) mencionam que “pelos depoimentos de cronistas e viajantes, temos notícias de que a região foi palco de sangrentas lutas entre índios e as

'tropas de resgate', na época do devastamento e conquista da Amazônia”, sendo que “os grupos indígenas distribuíram-se ao longo do rio Urubu e seus tributários até o lago de Silves ou Saracá, onde se localiza a ilha de Silves”¹.

Apesar desses avanços do processo de ocupação lusitana nas áreas que posteriormente seriam denominadas de Amazônia, houve, nesse período dos séculos XVII e XVIII, movimentos que consistiam em campanhas coloniais e resistência de povos originários a esse processo de ocupação e de dominação colonial. Após esse movimento que marcou o primeiro tensionamento e conflito, principalmente na bacia e demais afluentes do rio Urubu, a área foi sendo (re)ocupada, e os sobreviventes passaram a se fixar nas calhas dos rios em número reduzido já no final do século XIX e principalmente após a década de 1940.

A Amazônia, desde as primeiras décadas do século XX, foi sendo transformada por projetos econômicos nacionais e internacionais (Oliveira, 1988), que visavam explorar recursos naturais sob uma perspectiva extrativa de produção, enquanto parte inicial de circuitos espaciais produtivos² globais que foram sendo estruturados conforme ocorreram as transformações produtivas no capitalismo. A partir da década de 1960, um conjunto de políticas territoriais foi sendo desenhado no país, visando à estruturação territorial (Costa, 1989; Mello, 2006), pautada na construção de sistemas de engenharias estruturantes da circulação e dos transportes, como rodovias, portos, aeroportos, ferrovias e telecomunicações em sistemas de tropodifusão e micro-ondas, que, conjuntamente, visavam potencializar uma maior coesão territorial (Nogueira e Oliveira Neto, 2016), diante dos movimentos de instabilidade política na América do Sul e da existência de um mundo de influência geopolítica bipolar.

Diante desse contexto regional e internacional, estruturaram-se as bases políticas e geopolíticas para a expansão da atuação do Estado brasileiro no território, visando o

¹ “Os grupos indígenas distribuíram-se ao longo do rio Urubu e seus tributários até o lago de Silves ou Saracá, onde se localiza a ilha de Silves. Nesta ilha encontrava-se a antiga aldeia Saracá, dos índios Arauquis, descidos do rio Uatumã. Em 1660, foi fundada na ilha de Silves a Missão Saracá, para atender e catequizar os Arauquis, Caboquenas e os grupos arredios dos rios Urubu e Anebá. Apesar da atuação da Missão Saracá, as lutas entre índios e as “tropas de resgate” continuaram, culminando com o histórico massacre praticado por Pedro da Costa Favela, em 1664. Em 1759, foi a antiga aldeia Saracá elevada à categoria de vila, passando a denominar-se Vila de Silves. Sua população compunha-se então de índios Pariquis, Barés, Bacunas, Comanis, Arauquis e alguns brancos” (Simões e Machado, 1989, p. 49).

² Ver as discussões sobre circuitos espaciais e círculos de cooperação no espaço em Moraes (1985).

aumento do controle territorial e, concomitantemente, a expansão das dinâmicas capitalistas internas e internacionais para a Amazônia brasileira (Velho, 1972; Cardoso e Muller, 1977; Ianni, 1979; Oliveira, 1988; Carvalho, [1985] 2025). Os desdobramentos desse planejamento estatal inicial foram centrados na formação de regiões de planejamento e no estabelecimento de incentivos fiscais diversos e distintos, que formaram, em um dado momento, um mosaico de apropriação de terras e de produção centrado em latifúndios e comandado por empresas regionais, nacionais e internacionais.

A partir da década de 1990, com a crise do planejamento do Estado, a inserção de mentalidades e ações com viés neoliberal no estamento estatal e o fim do mundo bipolar influenciaram substancialmente a estruturação das políticas para o território nacional e, inclusive, para a Amazônia, com projetos voltados à redução da perda de cobertura florestal, à expansão de territórios protegidos e a investimentos em infraestrutura, visando sua consolidação para a formação de eixos de desenvolvimento e de transportes.

É importante mencionar que os “grandes projetos” planejados e construídos na Amazônia no século XX foram engendrados dentro de um contexto geopolítico e econômico marcado pelo planejamento estatal, com incentivos para a realização dos empreendimentos privados. Naquele momento, estruturou-se o território com grandes sistemas de engenharia, como rodovias, usinas hidrelétricas, portos, ferrovias para o transporte de minérios e a formação de uma rede urbana rodoviária, com projetos de assentamento públicos e privados.

Essa primeira fase apresenta uma estruturação territorial que serviu de base aos projetos então estabelecidos por ações do Estado e de empresas, tendo em vista que as infraestruturas existentes forneciam suporte às dinâmicas locais, enquanto os “grandes projetos” necessitavam de outra base de infraestrutura — e até mesmo de cidades — sendo constituída uma rede urbana oriunda dos projetos de colonização e dos grandes empreendimentos, com a formação de cidades operárias (*company towns*).

Parte das infraestruturas construídas foi sendo consolidada ao longo das décadas seguintes até o período atual. No caso do estado do Amazonas, as ligações rodoviárias

intermunicipais foram consolidadas na primeira década dos anos 2000, com a pavimentação das rodovias AM-330 e AM-363, por exemplo, e a construção e operação da linha de transmissão de energia do sistema Tucuruí-Macapá-Manaus (TMM). Diante disso, os novos projetos contemporâneos vêm sendo instituídos a partir da existência de uma base territorial infraestrutural, está permite o estabelecimento de fluxos e o suporte aos novos empreendimentos.

Apesar da existência de uma base material infraestrutural que passa a operar com as novas técnicas que vão sendo sobrepostas, deve-se mencionar que a inserção de novos sistemas de engenharia, como parte de um projeto industrial, ocasiona mudanças territoriais e espaciais, pois as infraestruturas existentes passam a ter novos usos, formas espaciais são refuncionalizadas, alterando funções e atribuindo novos valores (novo valor de uso), com “conteúdo que assume nova conformação” (Evaso, 1999, p. 35).

Nesse contexto, os novos sistemas de engenharia, que correspondem a parte dos novos grandes projetos, vão sendo instalados no território a partir da existência de uma base infraestrutural, capaz de possibilitar fluxos e alojamentos aos trabalhadores nas cidades e distritos existentes, com rede de eletricidade, abastecimento de água potável e rede hoteleira local.

Assim, os grandes projetos continuam em operação e novos estão sendo instituídos na Amazônia brasileira, principalmente com ações voltadas à consolidação e ampliação das infraestruturas de transportes e à construção de novos sistemas e engenharias voltados à produção de energia e de hidrocarbonetos. Nesse contexto, é importante salientar que a Amazônia, anteriormente marcada pelos grandes empreendimentos de geração hidráulica de eletricidade, passou, no período atual, a contar também com projetos de geração de eletricidade para abastecer o sistema nacional, porém pautados, principalmente, em Usinas Termoelétricas movidas a Gás Natural (UTE-GN) de grande capacidade, em construção no Pará (Barcarena), com o recebimento de GN por meio de navios gaseiros, e no Amazonas (Silves/Itapiranga), com a unidade de geração instalada nas proximidades dos poços, recebendo a denominação empresarial e técnica de *Reservoir to Wire* (R2W).

A exploração de hidrocarbonetos no Amazonas remete a um conjunto de pesquisas e mapeamentos realizados desde a década de 1950, com diversos levantamentos e perfurações de poços estratigráficos e de pesquisa de hidrocarbonetos, voltados à identificação de reservatórios para exploração comercial. Foram identificados reservatórios subcomerciais no município de Nova Olinda do Norte (AM) em 1960 (Loureiro, *et al*, 2021)., reservas comerciais no Polo Urucu, no município de Coari (AM), em 1986, e a descoberta de reservas de Gás Natural (GN) nos municípios de Silves e Itapiranga (AM) em fevereiro de 1999 (ANP, 2019), com a declaração de comercialidade realizada em 2004 pela própria Petrobras.

Após a declaração de comercialização, ações de planejamento estatal começaram a ser esboçadas para fins de aproveitar as reservas de gás natural e empregá-las em Usinas Termoelétricas (UTE) a partir do ano de 2017 (Rodrigues, 04/01/2015), tendo em vista a estruturação do território com redes materiais, como o sistema TMM, e a pavimentação das rodovias estaduais locais (Silves e Itapiranga). Apesar do planejamento realizado, com a submissão de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) por parte da Petrobras no ano de 2013 ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com a proposta de construção de uma UTE com capacidade de 110 MW (Petrobras, 2013), a proposta foi abandonada com a guinada neoliberal na política nacional e esquemas de corrupção que resultaram no processo de desinvestimento da Petrobras, a venda de ativos, a devolução de blocos de exploração e sua concessão para empresas privadas (principalmente do mercado financeiro). Com isso, no ano de 2017, a Eneva fez a aquisição e, a partir de 2021, iniciou a exploração de gás natural.

Essa descoberta de hidrocarbonetos e sua respectiva exploração está situada dentro dos municípios de Silves e Itapiranga, que passaram a compor a Região Metropolitana de Manaus (RMM) em 2009. A própria RMM corresponde a uma fração territorial instituída politicamente como manobra estadual para forjar um recorte administrativo e captar recursos federais para a capital do estado, caracterizando-se como uma invenção geográfica para estabelecer intervenções políticas para o exercício da estatal (Nogueira, 2011). Posteriormente, identificou-se que, na RMM, houve ações políticas com aplicação de recursos públicos na construção, consolidação e ampliação de sistemas de

produção de hidrocarbonetos e eletricidade nos municípios de Silves e Itapiranga, com os projetos na área denominada de Campo do Azulão e, em andamento, com paralisações judiciais, revogações de licenças ambientais e retomada destas no Campo do Anebá.

Esse contexto corresponde a dinâmicas novas e internas da área que compõe a RMM, representando, em certa medida, uma ação intencional de incentivo à construção de fábricas e à exploração de recursos naturais nos municípios do interior do estado do Amazonas. Tal ação visa expandir as atividades produtivas, construindo “alternativas” de expansão econômica que não estejam mais centradas exclusivamente no parque industrial do município de Manaus. Com isso, diversos projetos e infraestruturas passaram a ser estabelecidos, construídos, reformados ou planejados para estruturar os municípios do interior, a fim de atender às novas lógicas de apropriação e uso territorial. É o caso recente da atuação da Eneva (figura 2), com a exploração de hidrocarbonetos e a reforma da rodovia AM-010, compreendida como uma “modernização” que atende prioritariamente a interesses hegemônicos (Venâncio *et al.*, 2024; Lima, 2024), e não apenas às dinâmicas locais de produção (rural) e de circulação.

Para além dessa dimensão marcada por modernização territorial e de expansão das atividades econômicas de exploração de hidrocarbonetos, as tensões e relações de poder manifestam-se a partir das articulações em rede dos atores locais não estatais, organizações internacionais não governamentais, empresas privadas vinculadas ao mercado financeiro e aos setores de energia, gás e petróleo, além de instituições do Estado que representam segmentos da sociedade e atuam tanto em nome de interesses coletivos quanto individuais. Sendo, “(...) importante enfatizar, portanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas” (Scherer-Warren, 2006, p. 110).

Figura 2 - Complexo do Azulão I e 950: a) primeiro complexo industrial construído e que fornece GN para a UTE Jaguatirica II (RR); b) segundo complexo previsto para fornecer até 1.083MW; c) obras de instalação do sistema de captação de água; d) sistema agroflorestal de plantação de café.



Fonte: Imagens do autor em maio de 2025.

No caso da exploração de recursos naturais — especificamente hidrocarbonetos —, identifica-se a formação de um primeiro complexo já em operação, denominado circuito integrado Azulão (AM) – Jaguatirica II (RR), conforme mencionado por Nogueira e Oliveira Neto (2021). A partir desse empreendimento mencionado e da expansão com o projeto Azulão 950, houve a eclosão de tensões, conflitos e a formação de uma rede de resistência à expansão da exploração de hidrocarbonetos (Oliviera Neto; Nogueira, 2025), com articulações locais e globais envolvendo atores sociais, organizações não governamentais, associações comunitárias, instituições ambientais e jurídicas do aparelho burocrático estatal, além da própria empresa.

Formação das redes sociais, embates e contradições

As redes são, antes de mais nada, oriundas de uma ação da sociedade, que organiza e reorganiza as articulações sociais e territoriais entre os lugares, formando em alguns casos, movimentos contestatórios frente às ordens hegemônicas de exploração de recursos naturais vinculados aos hidrocarbonetos. Esses movimentos envolvem a

articulação entre organizações não governamentais e movimentos sociais locais, com o objetivo de fortalecer e consolidar frentes de resistência territorial. Dentro desse movimento de tensionamento contemporâneo no interior da RMM, a análise parte do referencial teórico da geografia e da geopolítica crítica, com base na concepção de redes enquanto produto social.

Dessa forma, destaca-se que, neste caso, a análise das redes vai além de uma leitura dos fixos e fluxos articulados, como discutido em Nogueira e Oliveira Neto (2021) e em Oliveira Neto e Nogueira (2022; 2025). Ao adotar uma perspectiva das redes geográficas, entende-se que elas se constituem como entrelaçamentos fluidos de organizações sociais, com territorializações múltiplas, atuando dentro de recortes territoriais específicos.

A noção de rede aqui empregada corresponde à compreensão das redes sociais³ como forma de descrever e analisar as relações que se manifestam no cotidiano — sejam elas abertas ou fechadas, com elos fortes ou fracos (Scherer-Warren, 2021). Interessa não apenas a estrutura da rede, mas também o modo como ela foi estruturada e se articula, envolvendo uma diversidade de atores — entre os quais se incluem grupos de resistência locais e globais, instituições e empresas.

As redes vinculadas ao sistema empresarial-financeiro — como é o caso da Eneva — ocasionaram alterações espaciais e produziram uma nova espacialidade, ainda em processo de consolidação, com a construção de sistemas de engenharia voltados à produção e transporte de energia. Essas transformações desencadearam, no presente, tensões e conflitos⁴ que deram origem a novas redes compostas por atores sociais, instituições não governamentais e movimentos sociais⁵ organizados.

No caso analisado, a rede apresenta-se como um conjunto articulado de forças socioativistas, com articulações locais pretéritas e contemporâneas, conectadas a

³ A noção de redes revela-se fundamental para visualizar a trama constituída entre diversos atores e suas territorialidades, oferecendo subsídios teóricos e analíticos para compreender os movimentos da sociedade, tanto nas esferas empresariais quanto sociais, ambientais e nas dinâmicas de conflito territorial.

⁴ Sposito menciona que “concebe-se a realidade (...) numa visão dinâmica e conflitiva (...)” (2001, p. 103).

⁵ “Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social (...)” (Fernandes, 2000, p. 60).

organizações não governamentais e apoiadas por instituições estatais que, ao receberem denúncias formais, passaram a desempenhar papel ativo no enfrentamento e pedidos judiciais de paralisação das ações da empresa Eneva.

Diante disso, houve a organização de uma rede de resistência formada frente aos empreendimentos de exploração de hidrocarbonetos nos campos do Azulão e do Anebá⁶ e estrutura-se a partir de quatro grupos distintos, porém interligados, que compõem essa malha de articulação: a) o primeiro grupo é formado por diferentes povos e moradores⁷ das áreas ribeirinhas e de terra firme situadas na bacia do rio Anebá, cujos modos de vida e relações com o rio e a floresta foram ameaçados pelo avanço da exploração de hidrocarbonetos; b) o segundo grupo é constituído pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Prelazia de Itacoatiara, que desempenhou papel importante na sistematização das informações e na provocação do Ministério Público Federal (MPF) para atuar sobre o caso; c) o terceiro grupo é composto por associações locais, entre as quais se destaca uma entidade criada com a liderança de um indígena da região, que assumiu a presidência da organização, fortalecendo o elo entre resistência territorial e identidade étnica; d) o quarto grupo envolve pelo menos duas organizações não governamentais — a 350.org e a Associação Civil Alternativa Terrazul — que atuam globalmente no combate à expansão da exploração de hidrocarbonetos e visa promover o consumo sustentável, e que, no caso em questão, passaram a integrar a rede de resistência, articulando-se com os grupos locais para fortalecer a defesa de territórios vulneráveis e seus respectivos modos de vida.

No âmbito das organizações da sociedade civil local, destacam-se a atuação e o papel político da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), fundada

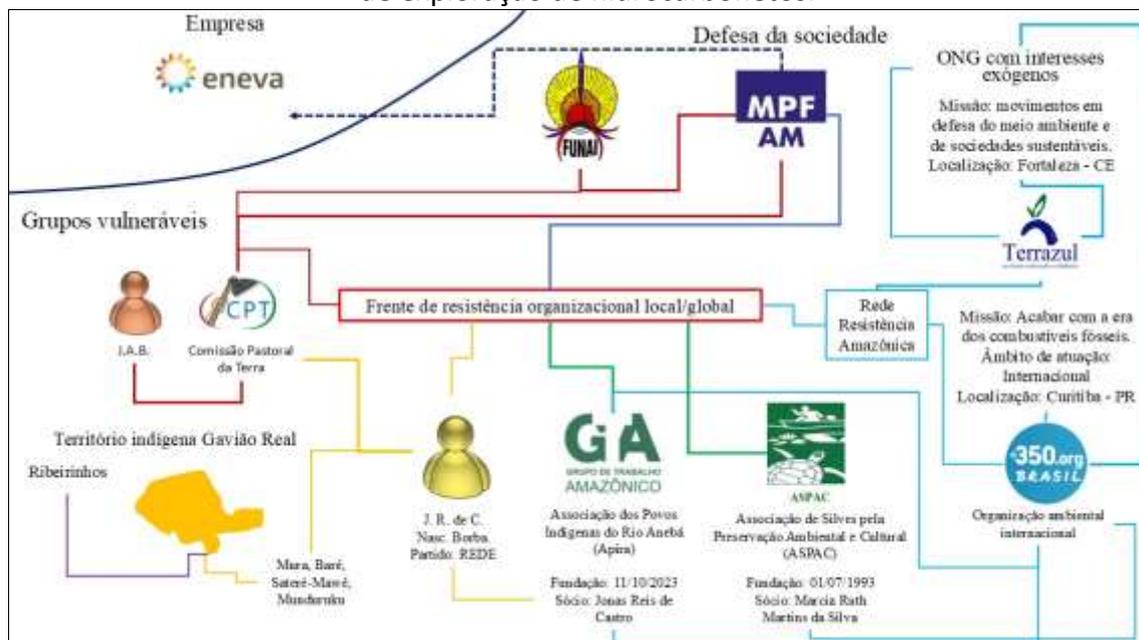
⁶ “O empreendimento em questão possui como objetivo a produção e escoamento de hidrocarbonetos no Campo de Azulão e blocos adjacentes (AMT-85 e AM-T-84) por meio de agrupamentos de poços (clusters) e dutos de gás natural e petróleo. A produção inicial esperada no Campo de Azulão e Bloco AM-T-85 é de 5.000.000 Nm³/d de gás natural. Já na área de Anebá (Bloco AM-T-84), a produção esperada é de 3.500.000 Nm³/d de gás natural e 7.000 bpd petróleo. O gás natural produzido será escoado para uma Unidade de Tratamento de Gás (UTG) localizada na UTE Azulão III e pertencente ao Sistema de Produção de Gás Azulão (STGA), onde receberá o tratamento final para abastecimento do Complexo Termelétrico do Azulão” (Ambipar, 2023b, p 54).

⁷ Esses atores formam o que Scherer-Warren (2006) denomina de “mobilização de base local” em que coletividades locais reforçar o sentimento de pertencimento ao mesmo tempo que reforçar-se a unidade local com elementos simbólicos.

em 01 de julho de 1993, sob a administração de Márcia Ruth Martins da Silva⁸, e da Associação dos Povos Indígenas da Região Amazônica (APIRA), criada em 11 de outubro de 2023⁹, com gestão de Jonas Reis de Castro. Ambas as entidades se posicionaram de forma contrária aos encaminhamentos relacionados à exploração de hidrocarbonetos e aos projetos industriais associados, denunciando a ausência de consulta prévia, livre e informada às populações locais, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (MPF, 2025).

Além dessas organizações, outros grupos que integram e fortalecem essa rede de resistência são compostos por atores institucionais vinculados ao aparelho burocrático do Estado, cuja missão é a defesa de grupos sociais vulnerabilizados e do interesse público (figura 3). Destacam-se, nesse contexto, o MPF-AM e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que atuam a partir de provocação formal.

Figura 3 - Atores e a rede complexa que compõem a resistência à expansão do projeto de exploração de hidrocarbonetos.



Os nomes das principais lideranças foram ocultados. Org. os autores.

⁸ Informação disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/84091545000140-ASSOCIACAO-DE-SILVES-PELA-PRESERVACAO-AMBIENTAL-CULTURA>

⁹ Informação disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/53008787000102-ASSOCIACAO-DOS-POVOS-INDIGENAS-DO-RIO-ANEBA>

Esses diversos atores mencionados e representados na figura 3 formam uma rede articulada que, conjuntamente, produziu relatórios, informações e dados referentes às tensões e conflitos existentes, constituindo subsídios, em formato de relatórios, para argumentar perante as instituições burocráticas de Estado os problemas socioterritoriais, com o intuito de iniciar um movimento jurídico de ação civil por meio do MPF-AM, visando à paralisação das dinâmicas de apropriação econômica da exploração de hidrocarbonetos perante a necessidade da consulta aos povos indígenas. A rede constitui uma frente de resistência com a presença de atores diversos e uma dada organização interna, que envolve articulações locais de associações e um representante social com a ONG denominada 350.org (figura 4). Esta última corresponde a um ator internacional com articulação local interna junto às associações, razão pela qual a denominação de frente de resistência e de rede de atores envolve uma articulação local (associações, moradores e representação local) e global (ONG), que atua em diversos países.

Figura 4 - Reunião da sociedade civil em Silves.



Fonte: Pereira (17/11/2023).

Com isso, podemos mencionar que existem escalas geográficas que podem ser identificadas nesse movimento de resistência à expansão dos empreendimentos de exploração de hidrocarbonetos e de geração térmica. A primeira escala corresponde à local, onde os diferentes grupos sociais foram impactados pelos diversos

empreendimentos e iniciaram uma organização interna de enfrentamento, visando paralisar as atividades, serem ouvidos e indenizados. A escala nacional/global consiste na articulação existente entre os movimentos e a liderança local com pelo menos duas ONG's de atuação nacional e internacional, com representação na cidade de Fortaleza-Brasília (CE-DF) e Curitiba (PR), e com ações de articulação política com os movimentos sociais locais no município de Silves (AM).

O estabelecimento dessa frente de resistência, de acordo com os dados publicizados pela mídia alternativa, indica que, no âmbito local, manifestaram-se os seguintes tensionamentos: a ausência de consultas públicas aos moradores e indígenas que vivem nos rios próximos ao empreendimento — ainda que não se trate de uma terra indígena demarcada, trata-se de um território indígena¹⁰; denúncias de conflitos e tensões entre empresas e moradores locais; e relatos de avistamento de grupos de indígenas isolados na floresta¹¹. Esse conjunto de questões locais, somado ao apoio de instituições não governamentais como CPT, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e 350.org, resultou em denúncias formais ao Ministério Público Federal (MPF)¹² do Amazonas sobre os conflitos e a ausência do Estudo do Componente Indígena (ECI). Tendo em vista os impactos mencionados e constantes no processo (Ação Civil Pública nº 1021269-13.2023.4.01.3200), que abrange um território indígena (Amazonas Atual, 27/05/2025), há, com base na legislação e em acordos ratificados, a necessidade de realização da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), seguindo os ritos metodológicos, conforme indicam Faria *et al.* (2021).

¹⁰ Pankaranu (2024, p. 192) menciona que apesar de não ter a demarcação oficial, “mas a Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio reconhece – adotando a tese do Indigenato – [os] direitos dos indígenas à posse permanente de suas terras independe de sua demarcação (...)”. Essa Tese do Indigenato mencionada corresponde ao trabalho de João Mendes Júnior, publicado pela primeira vez em 1912 pela editora Hennes Irmãos que menciona: “o indigenato é a única verdadeira fonte jurídica da posse territorial » ; mas, sem desconhecer as outras fontes, já os philosophos gregos afirmavam que o indigenato é um título congênito, ao passo que a ocupação é um título adquirido” e ainda menciona que “as terras do indigenato, sendo terra congenitamente possuídas, não são devolutas” (Mendes Junior, 1912, pp. 58-62).

¹¹ “O avistamento foi relatado por um agente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), entidade ligada à Igreja Católica, em agosto de 2023, mas até agora nada foi confirmado pelas autoridades. Após tomar conhecimento do “testemunho”, a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) liderou uma expedição ao local, entre março e abril deste ano, e encontrou apenas um artefato, que foi atribuído a isolados” (Amazonas Atual, 28/11/2024).

¹² Pankaranu (2024, p. 191) menciona que “as comunidades indígenas acreditam que o poder judiciário protegerá seus direitos territoriais”.

Quanto ao território indígena mencionado, este corresponde a um espaço socialmente construído e partilhado, edificado historicamente com uma identidade que se manifesta espacialmente e nas relações culturais cotidianas. O significado simbólico dos lugares, quando alterado, implica a transformação ou o apagamento de formas espaciais, e perde-se o objeto de referência e importância para o grupo social, instituindo-se outros que não possuem significado para aqueles que ali vivem.

A denominação de território e de terra indígena apresenta diferenças. A primeira pode referir-se a um recorte espacial específico em que um ou mais grupos de indígenas e não indígenas convivem e estabelecem sua organização social, com a definição de áreas de moradia, caça e roça, não havendo delimitação oficial e nem documentação com CDRU (Concessão de Direito Real de Uso), por exemplo, nem reconhecimento por parte da FUNAI, tornando esse território fluido, com limites que podem ser alterados ou mesmo recortados para outros fins, como a comercialização de terras. Enquanto isso, a denominação de terra indígena corresponde a uma categoria jurídica regulada por decretos e leis federais (Constituição Federal de 1988, Art. 231; FUNAI; e Decreto 1.775/96), com reconhecimento oficial estabelecido pelo Estado, mediante demarcação registrada e homologada pela União, sendo esta a proprietária da terra, com uso exclusivo por parte dos povos indígenas.

No uso jornalístico (mídia alternativa) e pelos próprios representantes do movimento social em rede, a denominação de território indígena enquanto área litigiosa evoca um caráter (geo)político das relações de poder estabelecidas, que emergiram com a inserção de dois atores exógenos com interesses e discursos opostos. O primeiro é formado pela Eneva, que desde 2017 atua na pesquisa, extração e construção de sistemas de engenharia para processar e comercializar hidrocarbonetos, com ênfase em seu uso na geração de energia elétrica por meio de plantas industriais do tipo Usina Termelétrica (UTE). O segundo corresponde à ONG 350.org e outros atores não governamentais, que atuam desde 2022 no município de Silves com o intuito geral de barrar e paralisar processos relacionados à extração de hidrocarbonetos. Um dos objetivos centrais dessa organização, desde sua gênese nos Estados Unidos, é promover ações e manifestações envolvendo diversos atores da sociedade organizada, a fim de

divulgar discursos e práticas voltados à necessidade de redução do uso de hidrocarbonetos, considerando os impactos ambientais e a degradação resultantes de sua extração e uso.

As ações de enfrentamento e de rede correspondem em certa medida por mobilizações na esfera pública que Scherer-Warren (2006, p. 112) destaca que “(...) são fruto da articulação de atores (...)” diversos como as associações, movimentos sociais locais e ONGs, que buscam por meio de manifestações transcender a escala de atuação eminentemente local, “(...) incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral (...)”, visando construir uma “(...) forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo” (350.org, 20/03/2025).

Dentro desse contexto, e a partir da existência de um movimento social inicial no rio Anebé — bacia hidrográfica onde se localizam parte dos empreendimentos como os poços da Eneva —, articulou-se uma liderança local com associações da região e com a ONG mencionada, passando a coordenar ações como o protocolamento de uma Ação Civil Pública. Essa ação, datada de 17 de maio de 2023, buscou o cancelamento da licença ambiental do projeto da Eneva e a mudança da instância de licenciamento, do nível estadual para o federal. Estiveram envolvidos nessa ação a Apira, ASPAC e o cacique Jonas Reis de Castro (Jonas Mura) (Pankaranu, 2024; MPF, 2025).

Apesar de se tratar de um território indígena e não de uma terra indígena oficialmente demarcada e reconhecida pelos aparelhos burocráticos do Estado, a relação dos povos originários com a terra configura-se como uma relação de pertencimento e ocupação imemorial. Há, inclusive, a formação de novas aglomerações — denominadas vilas ou comunidades — dentro de um processo de (re)ocupação de áreas anteriormente habitadas integralmente por indígenas (Quadro 1), antes do ano de 1665.

Quadro 1: Aldeias indígenas no território delimitado.

Aldeia	Localização	População e demografia	Histórico e posse de terra	Município	Povo
Mura Carará	2°57'19" S 58°24'27" W	32 famílias	Chegada após a Segunda Guerra Mundial, cadastrada na prefeitura	Silves	Mura
São	2°59'17" S	26	Morador mais antigo:	Silves	Mura

Francisco	58°30'26" W	famílias	João Barbosa dos Santos, cadastrada na prefeitura		
Santo Antônio	2°57'50" S 58°30'20" W	18 famílias	O Senhor Pedro Pereira Ramos já mora na aldeia desde 1960	Silves	Mura
Lago das Pedras	3°1'30" S 58°29'51" W	13 famílias	Aldeia estabelecida há cerca de 50 anos, chegada de João Gomes dos Santos	Silves	Mura e Munduruku
Gavião Real 1	2°59'17" S 58°30'26" W	110 famílias	Família do Cacique Jonas Reis de Castro é o núcleo residencial mais antigo	Silves	Mura
Gavião Real 2	2°50'12" S 58°38'16" W	13 famílias	Chegada à região por volta de 1975, vindas do município de Borba	Silves	Mura
Vila Barbosa	2°57'44" S 58°29'1" W	9 famílias	A família chegou no Rio Anebá em 1971, vinda da localidade chamada Terra Preta do Limão no município de Parintins	Silves	Sateré Mawé
Vila Izabel	Entre o Rio Uatumã e o Lago do Inajatuba	14 famílias	Sem informações	Itapiranga	Mura

Fonte: 305.org / Resistência-Amazonica (2024, p. 7).

A rede de resistência constituída com diversos locais de articulação no município de Silves apresenta territorializações diversas, situadas tanto na sede municipal quanto nas áreas rurais, principalmente nas bacias hidrográficas dos rios Urubu (denominado regionalmente de lago Canaçari¹³) e Anebá. Essa rede constitui a principal representação do movimento social, contando com o apoio da ONG 350.org, de origem norte-americana e de influência global, cuja atuação contemporânea se pauta no questionamento à exploração e ao uso de derivados de petróleo. Além desses dois atores, um terceiro também participou como apoio na luta pela manutenção dos territórios de usos tradicionais e coletivos: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Prelazia de Itacoatiara, vinculada à Igreja Católica.

Scherer-Warren (2021) menciona que as redes sociais construídas e estabelecidas no seio da sociedade podem ser analisadas levando em consideração três dimensões: a) Temporalidade – com a comunicação organizada em rede e em tempo real, articulada dentro de uma estrutura marcada por tempos sociais distintos; b) Espacialidade – marcada pela construção de novas territorialidades, com articulação virtual, presencial

¹³ Esse “lago” (em denominação local) corresponde por uma foz afogada de um conjunto de rios que desaguam na calha que drena as águas dos rios Urubu, Anebá, Sanabani e outros até o rio Amazonas.

ou com a manifestação de ambas; c) Sociabilidade – apresenta novas formas e laços das relações sociais, com intensidades, intencionalidades, cobertura espacial, e o próprio significado e alcance que essas relações assumem em determinado momento. A temporalidade no caso específico corresponde por um movimento recente iniciado a partir do ano de 2020, enquanto que a espacialidade está centrada na articulação em rede em escala local, regional, nacional e internacional (figura 5), por fim, os laços das relações foram sendo estabelecido com os atores locais, alguns criados e outros já existentes como o caso das associações, constituindo com os demais atores locais e institucionais uma frente de resistência.

No âmbito das redes, podemos identificar a existência de uma organização de movimento social articulado local/global que apresenta o que Scherer-Warren (2021, p. 41) denomina de “redes sociais primárias”, as quais correspondem a coletividades e articulações presenciais em espaços contínuos, com famílias, líderes locais e atores exógenos que compõem o movimento social. No entanto, de acordo com a mesma autora, também pode haver a existência de “redes virtuais”, que apresentam elementos de um “ciberativismo”, são intencionais, transcendem as fronteiras espaciais das redes presenciais, criando, portanto, territórios virtuais cujas configurações se definem pelas adesões a uma causa ou por afinidades políticas, culturais ou ideológicas¹⁴.

No caso específico analisado, os dois movimentos da rede manifestam-se espacial e virtualmente: espacialmente, com articulações locais e globais, envolvendo um conjunto de atores e até mesmo instituições do aparelho burocrático e jurídico estatal; virtualmente, com redes articuladas à primeira dimensão, por meio de atores já mencionados, como a ONG 350.org, e de sites de notícias que podemos denominar de “mídia alternativa”¹⁵ como Agência Cenarium¹⁶, InfoAmazônia¹⁷, Amazônia Real¹⁸, Brasil

¹⁴ Góes (2006, p. 9) menciona: “os movimentos sociais e culturais se mobilizam através da Internet em torno de direitos que consideram fundamentais. Uma vez que a Internet torna-se um meio importante de comunicação e organização da sociedade, é óbvio que os movimentos sociais também a usem para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar.”.

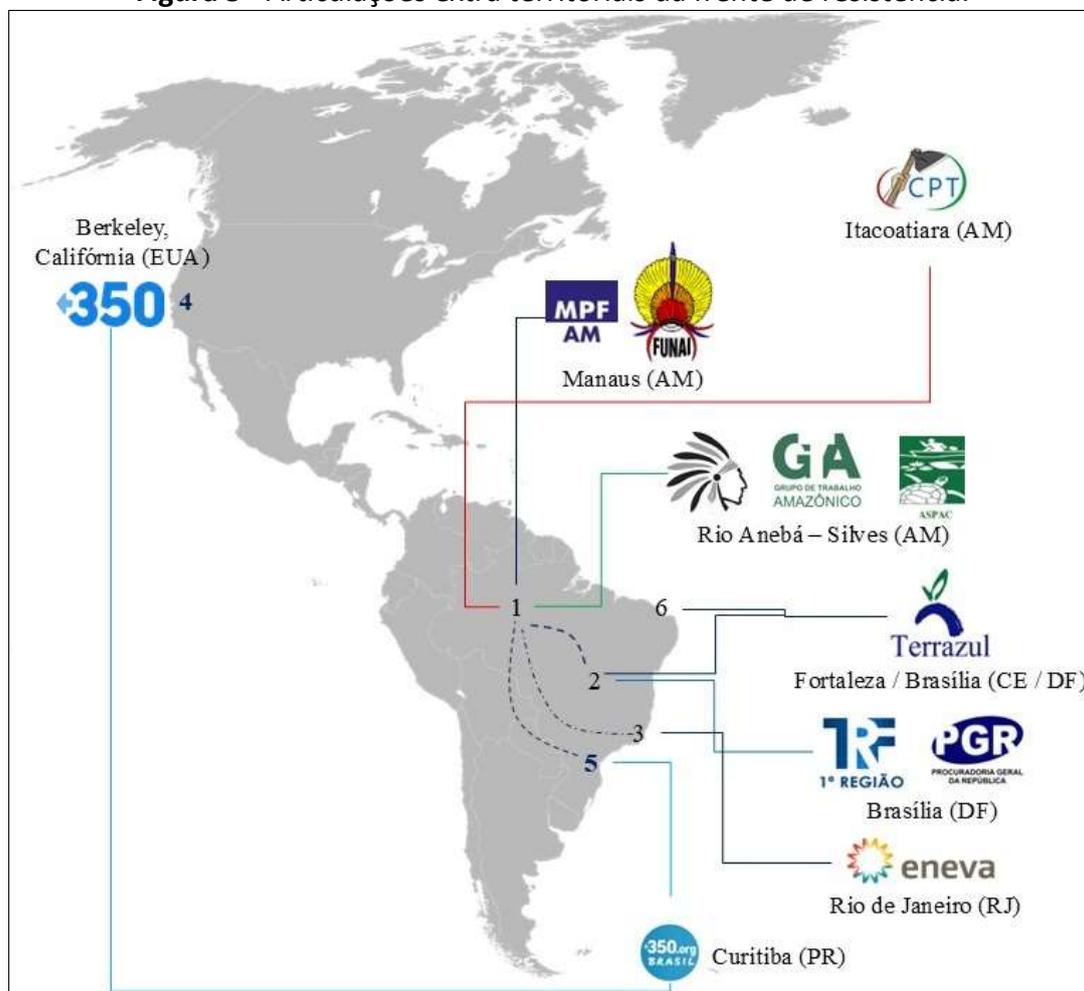
¹⁵ Para Góes (2006; 2007) apresenta as características de serem o contraponto em que movimentos sociais estabelecem mecanismos de comunicação que difere das tradicionais linhas editoriais hegemônicas. Uma mídia que não é tradicional do bloco hegemônico das telecomunicações.

¹⁶ Ver em: <https://agenciacenarium.com.br/eneva-e-alvo-de-investigacao-por-alta-de-crimes-no-amazonas-entenda/>

¹⁷ Ver em: <https://infoamazonia.org/tag/eneva/>

de Fato¹⁹, mídia vinculada a instituições sociais como o CIMI²⁰ e de instituições de Estado como o MPF-AM²¹.

Figura 5 - Articulações extra territoriais da frente de resistência.



Adaptado de XZise. Org. os autores.

Não apenas redes sociais e virtuais são construídas pelos movimentos de resistência e de questionamento à expansão empresarial de hidrocarbonetos na Amazônia — atores hegemônicos, compostos por empresas vinculadas à produção e o próprio Estado, também formam articulações empresariais complexas. Essas articulações envolvem vínculos em escala regional (como o IPAAM, que emite as licenças ambientais, e o Banco

¹⁸ Ver em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/btg-pactual-apaga-os-indigenas/>

¹⁹ Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/17/estao-passando-por-cima-da-gente-diz-cacique-sobre-exploracao-de-gas-e-petroleo-no-amazonas/>

²⁰ Ver em: <https://cimi.org.br/2023/12/eneva-exploracao-de-petroleo-e-gas-natural-amazonas-mura/>

²¹ Ver em: <https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/justica-federal-determina-suspensao-imediata-de-extracao-de-gas-pela-eneva-em-territorio-indigena-no-amazonas>

da Amazônia, que financia parte dos empreendimentos), além do apoio de atores que ocupam cargos políticos.

Scherer-Warren (2021, p. 42) pontua que “as redes sociais estão se tornando simultaneamente mais globais e mais locais, na medida em que cada vez mais há conexões do espaço mundial com os assuntos dos espaços domésticos”, havendo, nesse contexto, articulações que não se restringem aos lugares tensionados, mas que envolvem outros territórios — inclusive organizações que têm como lugar de origem regiões distantes, mas que conseguem atuar e influenciar no apoio e na formação da rede territorial de resistência.

Identifica-se, por meio de levantamentos de dados e informações disponíveis em relatórios e notícias divulgadas em sites da mídia alternativa, a presença de um ciberativismo e de um ativismo de ordem ambiental²².

Essa frente de resistência pode ser compreendida como uma manifestação antigopolítica²³, apesar de não se desvincular das relações de poder²⁴ (estatal e global) nem a relação com o Estado. Ao contrário, formaram-se articulações em redes para questionar e enfrentar as relações de poder dos atores hegemônicos e o próprio Estado que permitiu o início e o avanço da exploração de hidrocarbonetos.

Neste caso, observa-se que a figura propalada do Estado — ora reduzida e ora minimizada pela diminuição de sua participação nas atividades de exploração de hidrocarbonetos no período atual — ressurgiu com uma roupagem estatal por meio de suas instituições, que atuam no sentido de garantir a defesa dos interesses sociais, a manutenção da ordem jurídica e o regime democrático estruturalmente construído na sociedade.

²²Para a elaboração deste relatório um grupo de ativistas socioambientais da região, com apoio do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA e da organização ambiental 350.org realizaram visitas em agosto de 2023 para verificar *in loco* a situação das comunidades impactadas por perfurações e construções da empresa ENEVA nos municípios de Silves e Itapiranga visando a exploração de gás natural (305.org / Resistência-Amazonica, 2024, p. 6).

²³ Ver a discussão em Lima (2013). Destaca-se que o sentido de “anti” refere-se a uma crítica as ações hegemônicas da geopolítica clássica.

²⁴ “(...) O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (...)” (FOUCAULT, 2004, p. 193).

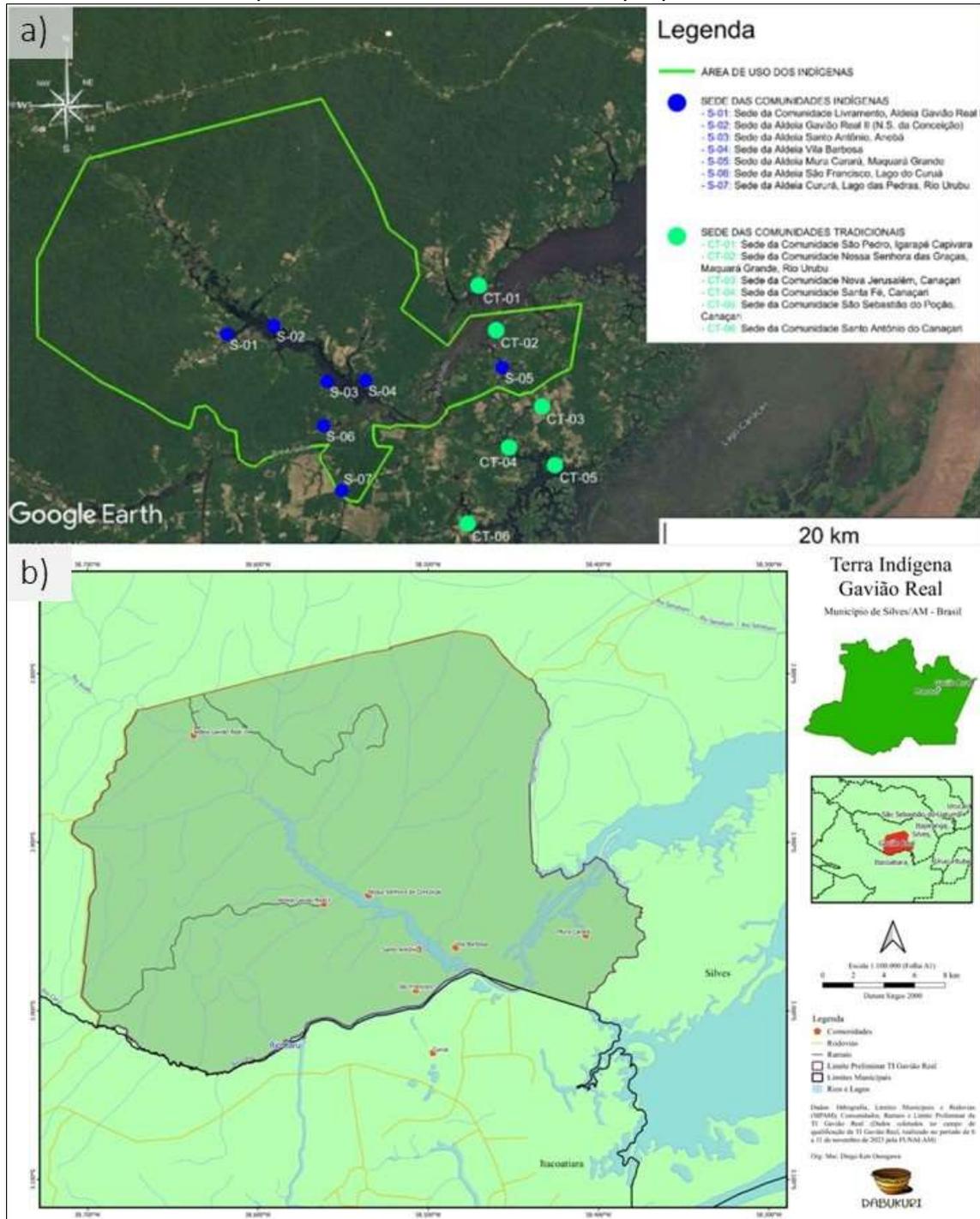
No caso da escala de tensões e das ações realizadas por movimentos sociais locais, deve-se mencionar a existência de “um braço invisível” de um ator não governamental que constrói suas narrativas e ações com base em princípios que coadunam com a não exploração de hidrocarbonetos.

As ONGs apresentam organização e articulação social em redes complexas que conectam diferentes grupos sociais em diversos lugares, dentro de uma tônica central que corresponde, em certa medida, às aflições e demandas dos grupos sociais vulneráveis, em associação com os ideários defendidos pelas organizações. As ONGs passam a estabelecer uma territorialização a partir dos movimentos sociais existentes e da construção de frentes de resistência apoiadas em discursos que apresentam uma fusão entre as lutas sociais locais e os objetivos das organizações.

Nesse conjunto de articulações visíveis e identificáveis, existem também articulações não visíveis, que correspondem a reuniões, conversas, apoios e trocas de informações que não são registradas em arquivos nem disseminadas pelos jornais ou pela mídia alternativa — seja na formação da frente de resistência, seja no *modus operandi* das corporações e empresas que atuam em determinada etapa do circuito espacial produtivo do hidrocarboneto. No caso do primeiro grupo, identifica-se o uso da cartografia para indicar e evidenciar a localização das áreas com presença de indígenas e da área reivindicada (figura 6) para a formação de uma terra indígena, havendo pelo menos duas propostas de delimitação esboçadas e divulgadas pela mídia alternativa.

Essa delimitação corresponde em uma tentativa de exercício de poder na escala local, visando o estabelecimento do controle territorial de um dado recorte espacial, caso estabelecido oficialmente, constituirá em uma barreira para novas explorações de hidrocarbonetos e tende a forçar a realização de estudos e de audiências públicas com povos originários que moram e vivem dentro do recorte territorial estabelecido.

Figura 6 - Delimitações do território indígena: a) delimitação 1; b) delimitação 2 apresentando limites distintos da proposta 1.



As representações são atos políticos, pois pode-se incluir ou excluir ocupações, objetos e territorialidades existentes nas representações. O mapa enquanto elemento de poder

(Harley, 2009)²⁵, corresponde por uma ferramenta fundamental do exercício do poder ao mesmo tempo que pode corroborar para legitimar discursos e ações de atores como empresa ou da frente de resistência. A delimitação e representação espacial corresponde por uma prática política e não apenas de mera localização das coisas e dos objetos, mas de representar as dinâmicas e as territorialidades estabelecidas ao longo de décadas.

Harley (2009, p. 12) menciona que “(...) os mapas exercem uma influência social, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que eles representam e valorizam”, sendo que, no primeiro caso, a omissão manifesta-se nos documentos ambientais (EIA-RIMA), com a ausência de representações da localização das aldeias e de territórios indígenas, estando atrelada principalmente à ausência de demarcação oficial e institucionalizada; enquanto que, no segundo contexto, pode-se atribuir à rede de resistência local a divulgação das representações do território indígena, com delimitações e localizações das aldeias e comunidades ribeirinhas, valorizando a existência e as territorialidades de povos originários e ribeirinhos e combatendo a omissão nas representações até então realizadas.

Além dessa questão, identifica-se que a produção das narrativas locais e não locais, divulgadas pelos jornais e pela mídia alternativa local, apresenta elementos de um discurso forjado por atores e correspondendo à produção de narrativas baseadas em ideários e crenças assentada nos debates e críticas à exploração de hidrocarbonetos e aos impactos que esta ocasiona na sociedade.

No âmbito empresarial e institucional, existe uma rede formada por atores políticos (figura 7), patronais, empresariais e associações locais²⁶ que apoiam as ações referentes a expansão da exploração de hidrocarbonetos na bacia do Amazonas (campo do Anebá e Azulão) e constroem discursos que apresentam, nas entrelinhas, elementos que correspondem a um “repúdio” às ações desempenhadas pelo MPF-AM²⁷ e demais

²⁵ O mesmo autor menciona: “Os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos” (Harley, 2009, p. 2).

²⁶ Caso da produção de café (<https://asa-cafe.com.br/modelo-de-colaboracao-entre-agricultores-de-cafe-e-empresas/>) e de projetos sociais envolvendo mulheres (<https://amazonasatual.com.br/eneva-expande-projeto-social-que-promove-empoderamento-feminino-no-amazonas/>).

²⁷ “Na sessão da Assembleia Legislativa do Amazonas da última quarta-feira (27), os deputados João Luiz, Sinésio Campos e Rozenha defenderam o empreendimento em Silves e Itapiranga e criticaram a atuação

atores institucionais e não institucionais²⁸, sendo parte desses discursos reproduzida e publicizada por meio de portais de mídia alternativa²⁹ locais.

Figura 7 - Atores, associações locais e mídia alternativa que foram uma rede inicial de articulação voltada a divulgação de ações empresariais em prol da exploração de hidrocarbonetos.



Org. os autores.

Esse contexto corresponde a uma das expressões dos conflitos e das tensões que se manifestam não apenas pelo embate, mas pela produção e difusão de narrativas³⁰ e

de ONGs na Amazônia. O senador Plínio Valério também usou a tribuna, em Brasília, para criticar a ação do MPF contra a exploração de minério no Amazonas” (Amazonas Atual, 29/11/2024).

²⁸ Ver em: <https://mariodolfo.com/associacao-em-silves-engana-justica-para-barrar-audiencia/> Ver em: https://portalunico.com/laudo-pericial-indica-que-foto-de-indios-isolados-em-silves-foi-manipulada/#google_vignette

²⁹ Portal Manaus Alerta: <https://portalmanusalerta.com.br/muito-alem-do-patrocinio-eneva-leva-energia-e-grandes-nomes-a-festa-dos-visitantes/>

Portal Fato Amazônico: <https://fatoamazonico.com.br/eneva-acende-a-energia-de-parintins-com-cultura-e-grandes-shows/>

Portal Real Time 1: <https://realtime1.com.br/voce-conhece-a-eneva-saiba-quais-sao-os-investimentos-da-empresa-na-regiao/>

Portal CM7 Brasil: <https://cm7brasil.com/noticias/polo-industrial-de-manaus/eneva-abre-novas-oportunidades-de-emprego-no-amazonas/>

Portal CM7 Brasil: <https://cm7brasil.com/amazonas/com-apoio-da-eneva-projeto-agroflorestal-entrega-primeira-colheita-de-cafe-robusta-em-silves/>

Portal Manaus Alerta: <https://portalmanusalerta.com.br/muito-alem-do-patrocinio-eneva-leva-energia-e-grandes-nomes-a-festa-dos-visitantes/>

Portal Norte: <https://portalnorte.com.br/noticias/amazonas/2025/05/29/justica-suspende-extracao-de-gas-da-eneva-no-amazonas-empresa-se-pronuncia/>

Portal AMPost: <https://ampost.com.br/amazonas/eneva-abre-vagas-de-emprego-no-amazonas-e-reforca-compromisso-com-desenvolvimento-regional/>

Portal AMPost: <https://ampost.com.br/amazonas/eneva-expande-projeto-social-que-promove-empoderamento-feminino-no-amazonas/>

Portal Amazonas 1: <https://amazonas1.com.br/eneva-e-governo-do-am-investem-na-qualificacao-profissional-em-silves-e-itapiranga/>

discursos moldados para legitimar ações, carregados de aspectos ideológicos e que correspondem, em certa medida, a uma psicosfera (como menciona Santos, 1996) construída para legitimar uma tecnosfera embutida na materialização dos diversos sistemas de engenharia da empresa Eneva e da própria modernização territorial em curso (Venâncio *et al.*, 2024).

Considerações finais

No processo de formação territorial da Amazônia, foi marcada por diferentes processos de ocupação, conflitos, mortes e de (re)ocupação indígena, como é o caso da bacia hidrográfica do rio Urubu, que, no período atual, apresenta um de seus afluentes, o rio Anebé, como fração territorial de um pivô conflituoso que envolve atores locais, globais, empresas e o Estado dentro de um contexto de expansão da política energética de geração de eletricidade associada à exploração de hidrocarbonetos.

A Amazônia continua tendo novos grandes projetos que assumem diferentes roupagens no período contemporâneo, com articulações cada vez mais intensas entre a estrutura pré-existente e os novos sistemas de engenharias produtivos que estão sendo inseridos, contudo, essa inserção não ocorre sem a existência de mobilizações sociais perante os impactos negativos e a exploração dos recursos naturais, aspecto identificado em trabalho de campo e principalmente após a realização da pesquisa de levantamento de dados e informações sobre a expansão da produção de hidrocarbonetos existentes, em construção e prevista para os municípios de Silves e de Itapiranga.

A pesquisa permitiu identificar a formação de dois principais polos do que pode-se denominar de polos de ação política, com conteúdo diversos e com diferentes atores, narrativas, representações e organizações em rede, sendo destacado a formação e articulação local/global que envolve atores de um território formado por ocupações ribeirinhas e indígenas que constituíram em uma frente de resistência a expansão dos projetos de exploração de hidrocarbonetos, com ações de atores não governamentais

³⁰ Tensões em visita de político local em associação comunitária em Silves (Ferreira, 22/05/2023; Correio da Amazônia, 20/05/2023).

exógenos ao lugar e o barramento temporário da expansão empresarial também exógena ao lugar.

Enfim, a tensão e conflito que manifesta-se nos municípios de Silves e Itapiranga (principalmente no primeiro e na bacia do rio Anebá) apresenta redes de atores diversos e relações de poder, que podem ser categorizados como rede resistência a expansão da exploração de hidrocarbonetos e uma outra rede formada por atores políticos e privados que buscam expandir a produção de gás e de petróleo enquanto proposta de constituir novos parques industriais e extrativos no interior do Amazonas, enquanto ação de fornecer e adicionar carga elétrica no sistema nacional, “desconcentração” industrial para a RMM, sendo divulgada como “alternativa” ao Polo Industrial de Manaus.

Referências

305.ONG / RESISTÊNCIA-AMAZÔNICA. Situação dos povos indígenas e comunidades tradicionais afetadas por ações da Empresa ENEVA nos municípios de Itapiranga e Silves. 2024.

305.ONG. Ativistas climáticos protestam em frente a conferência de óleo e gás no Amazonas. 20/03/2025. Disponível em: < <https://350.org/pt/press-release/ativistas-climaticos-protestam-em-frente-a-conferencia-de-oleo-e-gas-no-amazonas/> > Acesso em: 07 de jun. de 2025.

AMAZONAS ATUAL. Deputados do AM criticam pedido do MPF contra exploração do gás. 29/11/2024. Disponível em: < <https://amazonasatual.com.br/deputados-do-am-criticam-pedido-do-mpf-contr-exploracao-do-gas/> > Acesso em: 06 de jun. de 2025.

AMAZONAS ATUAL. Juíza proíbe Eneva de explorar gás natural em municípios do Amazonas. 27/05/2025. Disponível em: < <https://amazonasatual.com.br/juiza-proibe-eneva-de-explorar-gas-natural-em-municipios-do-amazonas/> > Acesso em: 07 de jun. de 2025.

AMAZONAS ATUAL. Relato de indígenas isolados ‘inflama’ debate sobre exploração de gás no AM. 28/11/2024. Disponível em: < <https://amazonasatual.com.br/relato-de-indigenas-isolados-inflama-debate-sobre-exploracao-de-gas-no-am/> > Acesso em: 07 de jun. de 2025.

AMAZÔNIA REAL. BTG Pactual apaga os indígenas. 25/03/2024. Disponível em: < <https://amazoniareal.com.br/especiais/btg-pactual-apaga-os-indigenas/> > Acesso em: 02 de jun. de 2025.

AMBIPAR. **Estudo de Impacto Ambiental – Projeto de produção e escoamento de hidrocarbonetos do Complexo de Azulão e adjacências, Bacia do Amazonas.** Vitória: Ambipar, 2023b Disponível em: <

https://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/EIA-ENEVA-DIVULGAR-1-1053_1.pdf > Acesso em: 07 de jun. de 2025.

AMBIPAR. **Relatório Técnico - Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Termelétrica (UTE) Azulão III – Silves/AM**. Vitória: AMBIPAR, 2023a. Disponível em: < <https://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/EIA-Sparta-Grupo-Eneva-1-307.pdf> > Acesso em: 05 de jun. de 2025.

BARROS, Valdecy. **“CHAFURDARAM TUDO”**: comunidade tradicional Demanda insone com o pouso do “Carcará do Gás” no processo de implantação das usinas termoelétricas em seu território em Capinzal do Norte – MA. Dissertação de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2023, 112f.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. **Amazonia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. O avanço do povoamento para as fronteiras definitivas da Amazônia brasileira do período colonial aos nossos dias. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 9, n. 1, p. 01-15, 2025.

CASTRO DE JESUS, Ana Beatriz; OLIVEIRA NETO, Thiago. Imagens duma Amazônia em mutações, trabalhos de campo em geografia humana. **Confins.**, n. 60, 2023.

CORREIO DA AMAZÔNIA. Deputado Sinésio invade sede de associação para defender mineradora ENEVA (vídeo). 20/05/2023. Disponível em: < <https://correiodamazonia.com/deputado-sinesio-invade-sede-de-associacao-para-defender-mineradora-eneva/> > Acesso em: 05 de jun. de 2025.

COSTA, Wanderley Messias da. **Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

EVASO, Alexander Sergio. A refuncionalização do espaço. **Revista Experimental**, n. 6, p. 33 - 54, mar. 1999.

FARIA, Ivani Ferreira de; CASTRO, Carla Cetina; OSOEGAWA, Diego Ken. Conflitos territoriais, autonomia e o direito do povo mura à consulta prévia, livre e informada. **Revista Videre**, v. 13, n. 28, 2021, pp. 185-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n. 15, p. 59-86, 2000.

FERREIRA, Gabriel. Gás de Silves: deputado nega invasão e se diz vítima de ‘perseguição política’. **BNC Amazonas**. 22/05/2023. Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/municipios/deputado-nega-invasao-vitima-perseguiacao-politica/> Acesso em: 06 de jun. de 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

GÓES, Laércio Pedro Torres de. A mídia alternativa dos movimentos sociais na Web. In: **I Congresso Anual da Associação de Pesquisadores de Comunicação e Política**, Salvador – BA, 2006, pp. 01-19.

GÓES, Laércio Torres de. Contra-hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na web. In: **IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste**, 2007, pp. 01-16.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins**, v. 5, p. 2-24, 2009.

HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**, v. 58, n. 1, p. 33-68, 2015.

-
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIMA,IVALDO. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. **Espaço Aberto**, v. 3, n. 2, p. 149-168, 2013.
- LIMA, Susane Patrícia **Melo de**. **A metropolização regional periférica aquém da metrópole - a região metropolitana de Manaus vista do lado de lá**. 2024. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.
- LOUREIRO, Elaine; JANNUZZI, Juliana; SAUDINO, Cibele. **Bacia do Amazonas: Sumário Geológico e Setores em Oferta**. ANP, 2021 Disponível em: < <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/arquivos/sg/amazonas.pdf> > Acesso em: 07 de jun. de 2025.
- MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.
- MENDES JÚNIOR, João. **Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos**. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1912. Disponível em: < https://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amendes-1912-indigenas/MendesJr_1912_OsIndigenasDoBrazil_SeusDireitos.pdf > Acesso em: 07 de jun. de 2025.
- MORAES, A. C. R. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. São Paulo, 1985. Mimeografado.
- MPF. Justiça Federal determina suspensão imediata de extração de gás pela Eneva em território indígena no Amazonas. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/justica-federal-determina-suspensao-imediata-de-extracao-de-gas-pela-eneva-em-territorio-indigena-no-amazonas> Acesso em: 07 de jun. de 2025.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Política e território: a invenção de uma região metropolitana. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 11, n. 2, p. 175-189, 2011.
- NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista; NETO, Thiago Oliveira. Geopolítica e rodovias na Amazônia brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 12, p. 55-83, 2016.
- NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista; OLIVEIRA NETO, Thiago. A geografia do gás na Amazônia brasileira. **Revista Tempo do Mundo**, n. 27, 2021, pp. 355-384.
- NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista; OLIVEIRA NETO, Thiago. Geopolítica e rodovias na Amazônia brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 17, p. 55-83, 2016.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Série Antropologia, v. 4, n. 1, p. 65-115, 1988.
- OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista. A geografia do gás em Manaus-AM. **Geoamazônia**, v. 10, n.º 20, 2022, pp. 224-250.
- OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista. Amazônia: modernização e a nova fronteira energética. **Boletim Paulista de Geografia**, 2025 (No prelo).
- PANKARANU, Paulo Celso de Oliveira. Impactos da exploração de gás na terra indígena Gavião Real I. PANKARANU, Paulo Celso de Oliveira; BARROS, Nadia de Matos. **Práticas de advocacia indígena no Brasil**. São Paulo: Ed. Dos autores, 2024, pp. 189-197. Disponível em: < <https://www.probono.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Livro-Praticas-de-advocacia-indigena-no-Brasil.pdf> > Acesso em: 09 de jun. de 2025.

PEREIRA, Jillie. Associação que entrou na Justiça contra Eneva denuncia intimidações após recusar exploração de gás no Amazonas. InfoAmazônia, 17/11/2023. Disponível em: < <https://infoamazonia.org/2023/11/17/associacao-que-entrou-na-justica-contra-eneva-denuncia-intimidacoes-apos-recusar-exploracao-de-gas-no-amazonas/> > Acesso em: 07 de jun. de 2025.

PETROBRAS. **Relatório de Impacto Ambiental-RIMA - Usina Termelétrica (UTE) Azulão Silves/AM**. Petrobras/G&E, 2013.

RODRIGUES, Alexandre. Toyo Setal ganhou licitação da térmica Azulão com preço três vezes maior que o de similares. O Globo, 05/01/2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/toyo-setal-ganhou-licitacao-da-termica-azulao-com-preco-tres-vezes-maior-que-de-similares-14965548> > Acesso em: 07 de jun. de 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios** 3. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, pp. 13-30.

SIMÕES, Mario F.; MACHADO, Ana Lucia. A Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (AM). **Revista de Arqueologia**, v. 4, n. 1, p. 49-82, 1987.

SIMÕES, Mário Ferreira. Pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n.38, p. 5/100. 1983

SPOSITO, Eliseu Savéiro. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, n. 16, 2001, pp. 99-122.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio e Janeiro. Zahar. 1972.

VENÂNCIO, Emily Khetlen Pessoa; CASTRO, Brenda Sarah Cardoso de; OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Manaus-Itacoatiara (AM-010): transformações espaciais e modernização territorial. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 8, n. 4, p. 01-25, 2024.

Recebido: 12/06/2025 Publicado: 24/08/2025

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito